

BOLSA PERMANÊNCIA COMO UMA AÇÃO DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

SCHOLARSHIP AS AN ACTION FOR THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS

Chera Rosane Leles de BESSA¹, Gloriete Marques Alves HILÁRIO²

¹ Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2008); especialização em Gestão Pública pela Universidade Candido Mendes (2012); especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2017). Atualmente é Assistente Administrativo da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação.

² Doutoranda em Sociologia-Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (RTDSS) pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e o Centro de Estudos Sociais (CES) é a Instituição de acolhimento de investigação; Mestrado em Sociologia-RTDSS pela FEUC (2010) com Revalidação do Mestrado pela Universidade de Brasília (UNB); Especialização em Sociologia-RTDSS pela FEUC (2009); Especialização em Direito Civil e Processo Civil pela FACER (2015); Graduação em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (2008).

E-mail: <glomalves@yahoo.com.br>.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar a colaboração do programa bolsa permanência para a conclusão dos cursos de graduação dos alunos do Campus universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, que se encontram em estado de vulnerabilidade econômica, fomentando a través dessa política de assistência estudantil ações de afirmação dos direitos humanos. Essa pesquisa quanto à sua natureza é básica, e concentra-se em estudos teóricos com ênfase no pensamento de autores citados no referencial bibliográfico que discutem sobre educação de maneira geral, desigualdade social e direitos humanos, com abordagem qualitativa. Foram sujeitos da pesquisa, os alunos do Campus de Arraias que são beneficiados pelo programa bolsa permanência. O foco principal de nossa análise neste artigo foi o programa bolsa permanência como política pública de assistência aos alunos economicamente vulneráveis, ou seja, de uma educação superior emancipadora e viável para os contingentes feitos desiguais, e a afirmação dos direitos humanos pelo acesso ao conhecimento científico e a formação superior.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Bolsa Permanência. Desigualdades Sociais. Direitos Humanos.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the collaboration of the scholarship program for the conclusion of undergraduate courses of the students of the University Campus Teacher Dr. Sérgio Jacintho Leonor, who are in a state of economic vulnerability, fomenting through this policy of student assistance actions of affirmation of human rights. This research is basic in nature and focuses on theoretical studies with an emphasis on the thinking of authors cited in the bibliographical reference that discusses general education, social inequality and human rights with a qualitative approach. The students of Campus of Arraias were beneficiaries of the scholarship program. The main focus of our analysis in this article was the scholarship program as a public policy of assisting economically vulnerable students, that is, of an emancipatory and viable higher education for unequal contingents, and the affirmation of human rights for access to scientific knowledge and higher education.

Keywords: Student assistance. Scholarship. Social inequalities. Human rights.

INTRODUÇÃO

No Brasil analisar a relação entre pobreza, desigualdades e educação nos conduz para além de simplesmente lincar o que cada um desses temas possa ter em comum, faz-se necessário um olhar curioso e atento sobre o significado e suas implicações, como por exemplo: O que é pobreza? Quem são os pobres? Como a pobreza persiste apesar dos programas sociais instituídos na busca pela sua erradicação?

A pobreza é caracterização da condição social e econômica dos indivíduos pela não satisfação das necessidades básicas da vivência com dignidade, como acesso a alimentação, moradia, água potável, assistência médica, educação entre outras. Os pobres são os que não têm meios para atender suas necessidades, os feitos desiguais por um sistema produtivo capitalista e explorador, que viabiliza a concentração dos recursos financeiros e poder nas mãos de poucos. Em

relação à persistência da pobreza, podemos considerar vários fatores, como o histórico de colonização, desenvolvimento tardio e dependência econômica, e o mais presente e condicionante dessa realidade, as relações políticas de detenção do poder de distribuição de renda, que usam de muitos artifícios para condicionar os pobres a permanecerem à margem da sociedade, pois a permanência de um grande número de cidadãos privados e alienados garante a efetivação de uma pequena classe elitizada e dominante.

Dentre tantas questões que podem ser elencadas e discutidas sobre a temática das desigualdades é a relação entre pobreza e educação e as dificuldades vivenciadas pelos alunos da educação superior da Universidade Federal do Tocantins Campus de Arraias que movimenta a elaboração deste trabalho. Nessa perspectiva há que se considerar as finalidades da educação escolar.

A escola é o lugar de ensino e difusão do conhecimento, é instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado; é, simultaneamente, meio educativo de socialização do aluno no mundo social adulto. O ensino como mediação técnica, deve dar a todos uma formação cultural e científica de alto nível; a socialização como mediação sociopolítica, deve cuidar da formação da personalidade social em face de uma nova cultura (LIBÂNEO, 2014, p. 80).

A universidade assim como as escolas são espaços educativos voltados para a disseminação do conhecimento e da promoção do desenvolvimento humano, e também é um espaço propício para ações de afirmação dos direitos humanos, uma vez que garantir o acesso à construção do conhecimento científico, permitindo que as pessoas sejam agraciadas com o desenvolvimento pessoal e profissional pode ser uma oportunidade de mudança positiva frente às fragilidades sociais enfrentadas por uma grande parcela da sociedade.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída em outubro de 2000, mas suas atividades iniciadas em 2003, presas pela produção do conhecimento científico de qualidade e responsável, com um olhar para o respeito à vida e à diversidade, de acordo com seus documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020, Carta de serviço ao cidadão 2016.

O compromisso da UFT vai para além das questões da produção e divulgação do conhecimento científico, expande-se para as questões sociais de melhoria do nível de escolaridade do

Estado, buscando oferecer uma educação participativa e inclusiva, promovendo de diversas formas ações positivas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Com uma estrutura que permite o atendimento de todo o Estado, a UFT tem Campus distribuídos em cidades estratégicas, como é o caso de Arraias uma cidade interiorana distante 400 km da capital do Estado, sem atividades econômicas expressivas e com uma população de 10.727 habitantes, com índice de desenvolvimento humano Municipal (IDHM) de 0,651 (IBGE/2010). Cidade que possui 277 anos de história caracterizada pela resistência do povo negro quilombola que teve seu início com o ciclo do ouro no século XVIII, há que se destacar a existência de duas comunidades quilombolas reconhecidas: A Lagoa da Pedra e a Kalunga Mimoso, que representam não apenas resquícios do passado escravista brasileiro, mas também são refúgios da cultura afro arraiana.

Nesse contexto o **Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor** de Arraias é uma unidade de ensino superior federal e gratuita, que para a população da região é uma oportunidade de desenvolvimento e mudança de posição social e econômica, que enche de esperança os jovens e adultos que buscam no acesso ao ensino e na qualificação profissional a superação da pobreza e exclusão social.

Em relação aos alunos da UFT/Arraias, apesar de chegar aos cursos superiores, vivem com a realidade da pobreza e com a impossibilidade de permanecer estudando e concluir a graduação; para os Universitários oriundos de contextos empobrecidos, custear suas despesas pessoais, pode significar entrar para os números da evasão, uma alternativa salvadora é o programa bolsa permanência, uma ação de assistência es-

tudantil que proporciona em muitos casos a dignidade e acesso ao conhecimento científico para os economicamente vulneráveis.

Esse Programa é fruto de esforço coletivo das instituições envolvidas, é uma política de assistência estudantil que tenta promover condições mínimas aos alunos de baixa renda das universidades federais.

A pesquisa é de natureza básica, qualitativa e os procedimentos técnicos utilizados na disposição do trabalho foram: documental e bibliográfica. Considerando autores que discutem a educação, desigualdade social e pobreza. Analisando também documentos institucionais que tem relação com a temática apresentada.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS A QUE ESTÃO EXPOSTOS OS ALUNOS DESTA CAMPUS QUE SÃO CONTEMPLADOS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, mas teve suas atividades iniciadas a partir de maio de 2003 com a posse dos seus primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS).

A UFT é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, atualmente conta com uma estrutura multi Campus, tendo sete campus distribuídos no estado do Tocantins, sendo Palmas com o Campus Universitário e a sede Administrativa e os demais Campus em Porto Nacional, Miracema, Gurupi, Arraias, Araguaína e

Tocantinópolis.

Tem por missão **formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal**, a missão está em consonância com a visão e objetivos dessa instituição, considerando o Planejamento Estratégico 2014.

Essa Universidade presa pela produção do conhecimento científico de qualidade e responsável, com um olhar para o respeito à vida e à diversidade, de acordo com seus documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020, Carta de serviço ao cidadão 2016, documentos esses que são revisados periodicamente, buscando as adequações com o planejamento estratégico, desenvolvido para a consolidação institucional, expressando o cuidado e a responsabilidade desta instituição com seus objetivos, para que suas metas sejam possíveis.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação (PDI-2016, p. 13).

Essa Universidade é nova (por seu tempo de criação) e de grande importância, pois sua localização estratégica promove o desenvolvimen-

to estadual, por ser uma Instituição de Ensino Superior Federal e gratuita é para a população da região uma oportunidade de desenvolvimento e mudança de posição social e econômica, que enche de esperança os jovens e adultos que buscam na qualificação profissional a superação da pobreza e exclusão social.

Suas áreas prioritárias de atuação são a identidade, cultura e territorialidade; agropecuária e meio ambiente; biodiversidade e mudanças climáticas; educação; fontes de energia renováveis.

Atualmente a oferece 65 cursos de graduação, 32 programas de mestrado e 6 doutorados reconhecidos pela Capes e vários cursos de especialização *lato sensu*.

O Campus Universitário de Arraias, que recentemente recebeu o nome de **Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor** de Arraias, em homenagem a um de seus ex-diretores que acompanhou o processo de implantação e federalização, é uma das unidades da UFT que está localizado em uma região estratégica para o Estado. O campus sempre atendeu toda a região sudeste do Tocantins e parte da região nordeste do Estado de Goiás por localizar-se nos limites entre os dois estados, além do oeste baiano, tendo sua área de influência direta num raio de mais de 200 km com os municípios tocantinenses.

Arraias é o quinto maior município do nosso estado, possuindo área de 5.786,871 Km² e população de 10.727 habitantes, sendo que destes 69,24% vivem na área urbana, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,651 (IBGE/2010) localizado a 450 km da capital. Este município conta com uma grande zona rural com pouca população, esse fato aponta a realidade de muitos agricultores que vieram para

a cidade em busca de melhores condições de vida e se deparam com os subempregos, e acabam sendo obrigados a morar nas periferias à margem da sociedade, privados de seus direitos, ficando cada dia mais necessitados das ações assistencialistas e do poder público.

Há que se destacar a existência duas comunidades quilombolas reconhecidas: A Lagoa da Pedra e a Kalunga Mimoso com 11 e 12 anos de reconhecimento, respectivamente, que representam não apenas resquícios do passado escravista brasileiro, mas também são refúgios da cultura afro arraiana.

Cidade que possui 277 anos de história caracterizada pela resistência do povo negro quilombola que teve seu início com o ciclo do ouro no século XVIII.

Com a descoberta do ouro na região, escravos em fuga, provenientes de São Paulo e da Bahia, refugiaram-se no lugar que passou a ser conhecido como Chapada dos Negros dando origem ao arraial da Chapada dos negros. O garimpo era tão rico que, em 1740, Dom Luiz de Mascarenhas, o governador da capitania de São Paulo, veio pessoalmente ao arraial e tomou posse dos veios auríferos. Com o auxílio do capitão Felipe Antônio Cardoso, filho de Arraias, e com ajuda também dos escravos, mudou o arraial para outro local, distante 3 km. Onde hoje localiza a cidade. Juntamente com Domingos Pires, definiu um traçado das ruas e fundou o arraial de Nossa Senhora dos Remédios. [...] Em 16 de Agosto de 1.807, o arraial de Nossa Senhora

dos Remédios de Arraias foi elevado à condição de julgado, que, em 18 de Março de 1809, foi citado no alvará de Dom João VI criando a Comarca do Norte, em 1º de Abril de 1833, foi elevado à categoria de Vila, instalada em 3 de Fevereiro de 1834. [...] Em 1º de Agosto de 1914, Arraias foi elevada à categoria de 'cidade', instalada em 19 de Setembro do mesmo ano (HALUM, 2008, p. 63).

Todavia o ciclo do ouro nesta região foi muito curto, aproximadamente 15 anos, logo os donos de minas tiveram que virar pecuaristas para a própria sobrevivência.

Arraias, filha do ouro, pôde resistir à crise, resultante do abandono da mineração, que fez sucumbir tantas povoações, devido à visão de seus filhos, os quais anteciparam aos pecuaristas do Sul, adquirindo do Nordeste terras e terras de curraleiros (CORDEIRO, 1991).

Economicamente, apesar de muita idade, Arraias ainda não apresentou uma vocação econômica que pudesse prevalecer e ter domínio sobre as outras, sendo assim, seu Produto Interno Bruto se divide em serviços, agropecuária e indústria. Em 2010, o setor agropecuário representou 52,2% de participação no valor adicional total do município, tendo destaque para a produção de cana-de-açúcar, mandioca, milho e a criação de bovinos. O de serviços 35,3%, com destaque para a atividade de Administração Pública e o industrial 12,5%, com destaque para a construção civil. (IBGE, 2010).

Os dados levam a uma trajetória histórica à memória de uma população que sofreu e ainda sofre as mazelas das desigualdades sociais, econômicas e culturais, os quais estão expostos os grandes contingentes populacionais feitos desiguais e marginalizados por uma pequena elite detentora do poder, pois se muda a forma de enriquecimento, mas não quem enriquece, prevalecendo ainda os resquícios do coronelismo.

O Brasil é um país multicultural, que apesar de ter agregado vários povos de diversas nações ao seu território, não teve um desenvolvimento igualitário entre essas culturas diferentes, sendo um dos motivos mais marcantes do cenário de desigualdade por qual o país passa atualmente (HILÁRIO *et al*, 2016, p. 43).

As injustiças que ferem os direitos humanos são comumente feitas naturalmente até nos espaços escolares, lugares de construção do saber e de inovação, que sofre também com a falta de preparo dos profissionais para lidar com os temas que envolvem as desigualdades e os direitos humanos.

É comum discursos que apontam a educação como meio de eliminação da pobreza e garantia dos direitos humanos, mas os desafios para que a educação no Brasil ajude efetivamente a eliminar a pobreza são muitos, é necessário ressaltar que a educação não pode ser considerada a única via para garantir a igualdade social e financeira, mas sim um meio de permitir o acesso aos conhecimentos e a emancipação humana como discute Libâneo (2016).

A contribuição da escola para a de-

mocratização está no cumprimento da função que lhe é própria: a transmissão/assimilação ativa do saber elaborado. Assume-se, assim, a importância da difusão da escolarização para todos e do desenvolvimento do ser humano total [...] (LIBÂNEO, 2016, pp. 80-81).

Os desiguais que conseguem acesso à educação continuam em sua maioria sofrendo discriminação por origem, raça, gênero e outros fatores que prejudicam os alunos, não só as crianças, mas também os jovens e adultos. A falta de recursos financeiros, a vivência na pobreza e extrema pobreza trazem para os sujeitos, prejuízos que vão além dos considerados pela maioria das instituições de ensino deste país; por ser um tema pouco discutido e ainda visto como algo comum ou polêmico demais, para ser tratado abertamente nas diversas esferas da educação, com o enfrentamento que merece, sendo um fator de exclusão e evasão escolar inclusive nos cursos superiores.

Os alunos pobres deste Campus, que são muitos e que apesar de terem chegado às salas de aulas do ensino superior, ainda vivenciam as mazelas da pobreza e seguem tendo o desenvolvimento acadêmico e pessoal afetado, pelas limitações impostas por um sistema que contingencia grande parte de sua sociedade, aos limites da sobrevivência. Para esses alunos que na maioria foram ou ainda são assistidos pelo programa bolsa família, uma luz de salvação para a permanência e conclusão do curso de graduação são os programas de transferência de renda previstos para auxiliar os acadêmicos, previstos nas políticas de assistência estudantil.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESENVOLVIDAS NO 'CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTO LEONOR' DE ARRAIAS A PARTIR DE 2010

O Tocantins é também um estado de grande extensão territorial, possui uma área de 277720,57 km² e população de 1.383.445 habitantes, com Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) de 0,651 (IBGE/2010).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no estado do Tocantins existem 1.475 escolas de ensino fundamental; 304 escolas de ensino médio, sendo 257 públicas, totalizando 63.507 matrículas. O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9 %, e de 15 ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O estado ocupa a 13ª posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5.

O estado conta com 25 (vinte) instituições de ensino superior, sendo que destas apenas três são públicas: UFT e UNITINS e IFTO (Instituto Federal do Tocantins). Fato que reforça a necessidade de uma atuação positiva e diferenciada da UFT por intermédio de suas ações, em busca de promover a melhoria dos níveis da educação do estado, e como instituição de grande representatividade, o olhar voltado para a sua comunidade heterogênea e economicamente vulnerável, encontra-se com as questões de assistência estudantil.

A universidade vem buscando as inovações e parcerias que auxiliem na estruturação de uma educação inclusiva, participativa e de qualidade, seguindo as orientações de normativas dos

órgãos competentes.

O compromisso da UFT vai para além das questões da produção e divulgação do conhecimento científico, expande-se para as questões sociais de melhoria do nível de escolaridade do Estado, buscando oferecer uma educação participativa e inclusiva, promovendo de diversas formas ações positivas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Segundo o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) – elaborado em 2007 e inserido no PDI de 2016 –, a UFT tem como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais. No âmbito da assistência a universidade conta com a Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) responsável por gerir os programas de política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Tocantins (UFT) juntamente com as demais instâncias da administração da UFT e outros órgãos parceiros. Apoiando o estudante nas suas diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a permanência por meio de ações vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como consta nos documentos institucionais.

Como apresenta o site oficial da instituição na missão da Proest, podemos constatar que esse setor tem uma grande importância na promoção da integração dos novos alunos e na promoção de ações de combate às desigualdades sociais por intermédio do acesso e permanência ao Ensino Superior Público Federal no Tocantins, tendo como parte de suas competências desenvolver a política de assistência estudantil na Universidade; gerir as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no âmbito da UFT;

gerir os programas de auxílio permanência, saúde, moradia e alimentação voltados para os estudantes da Instituição; fomentar a participação dos alunos da UFT em eventos científicos e acadêmicos.

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) tem vinculado o setor de assistência estudantil nos Campis, essa organização permite uma atuação local e próxima dos alunos, que recebem orientações e atendimento específico de técnicos administrativos capacitados para auxiliar nas ações propostas.

No Campus de Arraias o setor em questão conta com um Técnico em Assuntos Educacionais, uma Assistente Social e uma Assistente Administrativa, que prestam atendimento aos alunos que buscam os recursos da assistência estudantil e dão suporte às programações e eventos vinculados a PROEST. Mas diante da realidade dos alunos que estudam no Campus Arraias a necessidade de expandir e aprimorar as ações desenvolvidas nesta unidade é latente.

As divulgações, inscrições e acompanhamento dos diversos programas de assistência estudantil são realizadas por meio de editais publicados no endereço eletrônico desta instituição.

São muitas as ações de assistência estudantil desenvolvidas na Universidade Federal do Tocantins, todas de grande relevância para os alunos desta instituição, mas há que se destacar a Bolsa Permanência, que tem como proposta disponibilizar um auxílio para os alunos em estado de vulnerabilidade econômica; esse é mais um programa de distribuição de renda do governo federal, que dispõe de verbas e parcerias com várias instituições, para que os pobres desse país tenham o mínimo para sua sobrevivência, segundo Arroyo, milhares de crianças pobres chegam às escolas públicas, também as universidades

públicas vem recebendo jovens e adultos pobres que buscam uma mudança de suas duras realidades.

As indagações apresentadas por Arroyo aos educadores e agentes que atuam nas escolas públicas, que recebem as crianças pobres, chegam às universidades com a mesma potência, reconhecer que a pobreza existe e persiste é fundamental também no âmbito acadêmico, e o que fazer para permitir que os alunos oriundos da pobreza tenham acesso ao conhecimento científico e que concluam seus cursos é uma grande inquietação.

O lançamento do Programa de Bolsa Permanência é fruto de esforço coletivo com os parceiros, assim como do engajamento daqueles que assumiram o compromisso com a democratização do acesso e da permanência no ensino superior gratuito no país, sobretudo de indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda. (Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência-SESU/SETEC-MEC).

Para os alunos da UFT/Arraias apesar do esforço e dedicação para chegar aos cursos superiores a bolsa permanência é uma ajuda significativa e muitas vezes decisiva para o sucesso da graduação, pois uma triste realidade para esses determinados e persistentes alunos é a evasão; para uma grande quantidade de universitários oriundos de contextos empobrecidos que não tem como custear suas despesas pessoais mais básicas, o programa bolsa permanência que tem como critério de seleção a realidade econômica, tem se mostrado a alternativa de assistência estudantil promotora de dignidade e acesso ao conhecimento científico para os feitos desiguais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o programa Bolsa Permanência como ação de garantia dos direitos humanos no Campus Universitário de Arraias é de grande importância diante da dura realidade de vulnerabilidade econômica da maioria dos alunos que este Campus recebe, possivelmente por estar localizado em uma cidade antiga e interiorana, com a população localizada em uma região que apresenta territórios quilombolas.

Quando falta o básico para uma vida digna, o processo de aprendizagem fica comprometido, e mesmo sendo uma instituição de ensino de nível superior, a pobreza traz seus empasses de forma bruta e desleal. Formamos profissionais que vivem a pobreza e que se conseguirem concluir a graduação entrarão no mercado de trabalho, lidarão com crianças que estão também inseridas nesse contexto de pobreza e desigualdade social.

Observando os apontamentos de Arroyo, as desigualdades advindas da privação dos requisitos mais básicos de sobrevivência e desenvolvimento humano, produz um abismo entre as classes sociais, distanciando as pessoas e aumentando as injustiças; alimentando o pensamento comum e moralista que acaba por responsabilizar os pobres por sua condição, tirando o enfoque das ações advindas dos interesses de uma classe dominante.

Os governos vêm implantando programas de transferência de renda como o **Bolsa Família** e no âmbito acadêmico o **Programa Bolsa Permanência** e outros, acredita-se ser de grande valia para os que estão em estado de pobreza e extrema pobreza, pois permite um auxílio imediato para os que há muito tempo nada tem.

No contexto apresentado aqui, faz-se necessário visibilizar a importância das políticas de assistência estudantil e das ações que promovam

os direitos humanos e possibilitem aos pobres o acesso e permanência nos cursos de graduação da UFT Arraias; para que desta forma seja possível à educação cumprir com sua função, segundo Libâneo (2014) de propagar o conhecimento e viabilizar a emancipação humana, para que as pessoas munidas de conhecimento possam produzir as mudanças necessárias para a produção de uma vida justa e igualitária.

Os benefícios para os alunos que são atendidos pelo programa bolsa permanência neste Campus são inegáveis, mas não são suficientes para eliminar as desigualdades e garantir os direitos humanos tão presentes em uma so-

cidade empobrecida.

A necessidade de discutir e elencar novas ações de assistência estudantil e fomentar a relação da educação e os direitos humanos, avaliando as mudanças das realidades empobrecidas e desigualdades sociais pelo acesso ao conhecimento científico e formação superior motivou este trabalho, mostrando-se como positivos os efeitos de programas e ações que permitem o acesso à renda e à qualificação dos seres desiguais, para que a educação seja de fato para todos e transforme a realidade como gostaríamos que fosse.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta Virgínia de Araújo Batista. **RELATÓRIO DA PESQUISA SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFT**. Palmas, 2017.

ÁREAS DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ÁREAS DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-doterritorio/estruturaterritorial/2225npareasdosmunicipios/15761areasdosmunicipios.html?t=destaques&idm=1702406>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 4.279 de 21 de junho de 2002**. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. **Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Brasília: Senado Federal, 2000.

CORDEIRO, Rosolinda Batista de Abreu. **Arraiais: suas raízes e sua gente**. Goiânia, 1989.

HALUM, César Hanna. **Municípios Tocantineses: suas origens, seus nomes**. Palmas: Provisão, 2008.

HILÁRIO, Gloriete Marques Alves *et al.* Desigual-

dade e exclusão social como fatores impeditivos-limitadores no processo de desenvolvimento socioeconômico nacional: um olhar crítico sobre dignidade humana e cidadania no Brasil. In: KOBAYASHI, Cláudio Roberto dos Santos; PAULA, Francinaldo Soares de; PAULA, Maura Sousa da Silva de; [HILÁRIO, Gloriete Marques Alves](#). (orgs.). **Direitos Humanos, Desenvolvimento e os Desafios para a Gestão Social Contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 39-51.

KOBAYASHI, Cláudio Roberto dos Santos; PAULA, Francinaldo Soares de; PAULA, Maura Sousa da Silva de; [HILÁRIO, Gloriete Marques Alves](#). (orgs.). **Direitos Humanos, Desenvolvimento e os Desafios para a Gestão Social Contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MANUAL DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA. Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do (org.) **Ver-sos e reversos da educação: das políticas às pedagogias alternativas**. Goiânia: PUC, 2010.

UFT – Universidade Federal do Tocantins. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2014**. Disponível em: <<https://www.uft.edu.br/index.php/component/jalfresco>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

UFT – Universidade Federal do Tocantins. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016**. Disponível em: <[http://ww2.uft.edu.br/index.php/component/20\(PDI\)](http://ww2.uft.edu.br/index.php/component/20(PDI))>. Acesso em: 02 out. 2017.